

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.482.523 - AL  
(2019/0098160-7)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : WILSON OLIVEIRA COSTA NETO**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**AGRAVADO : CONSTRUMAIS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**  
**ADVOGADO : ALDEMAR DE MIRANDA MOTTA JUNIOR - AL004458B**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo interno, interposto por **WILSON OLIVEIRA COSTA NETO**, em face de decisão monocrática da lavra deste signatário, que negou provimento ao agravo do ora insurgente.

A referida decisão singular (fls. 115-116, e-STJ) aplicou o óbice da Súmula 282/STF, porquanto não preenchido o requisito do prequestionamento em relação ao teor dos artigos 521 e 919, § 1º, CPC/15.

No presente agravo interno (fls. 121-125, e-STJ), o agravante refuta o supracitado óbice, ao argumento de que a tese envolvendo a possibilidade de concessão de efeito suspensivo à execução foi abordada pela Corte Estadual. Ainda, cita trecho do acórdão mencionando o art. 919, CPC/15.

Sem impugnação (fl. 129, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

Ante as razões expendidas no agravo interno, **reconsidero parcialmente** a decisão monocrática acostada às fls. 115-116, e-STJ, tão somente para afastar a incidência da Súmula 282/STF no tocante à apontada vulneração ao art. 919, § 1º, CPC/15, cujo pleito consta do presente recurso.

**1.** No ponto, a agravante pretende a reforma da decisão agravada, ao argumento de que a questão relativa a possibilidade de concessão de efeito suspensivo à execução e violação ao art. 919, § 1º, CPC/15 encontra-se devidamente prequestionada.

Razão lhe assiste, neste aspecto, consoante se extrai do seguinte trecho do acórdão recorrido:

12 Nos embargos à execução, o executado, ora agravante, suscitou a necessidade de suspensão da execução, utilizando-se de fundamento atinente ao excesso de execução, trazendo debate acerca da divergência de valores em relação aos que constam na sentença.

13 De mais a mais, a medida suspensiva depende de penhora, depósito ou caução efetivada, pois o § 1º do artigo 919 do CPC exige que "a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes." 14 Sobre o que impõe a ordem do dispositivo citado, o bem do embargante, ora agravante, não foi penhorado, conforme consulta aos autos do processo n. 0705726-21.2015.8.02.0001, restando, assim, afastada qualquer suposta agressão ao bem do devedor, injustificando, portanto, a suspensão da ação executiva imposta pelo juízo monocrático.

15 Diante da objeção exposta, nota-se que não restou claro o perigo de grave dano de difícil ou improvável reparação ao agravante, sendo insuficientes meras especulações acerca da existência de prejuízos que poderá vir a suportar.

# Superior Tribunal de Justiça

16 Nesse caso, a motivação alegada na decisão proferida pelo magistrado a quo deve permanecer inalterada, visto que a lei atribui ao juiz a possibilidade de suspender a ação de execução quando forem relevantes as razões dos embargos e preencherem os requisitos exigidos na lei, o que não é o caso. Assim, baseada em elementos concretos e comprovados nos autos, inexistente a presença dos requisitos que obstem o trâmite da ação executiva. (fls. 44-45, e-STJ)

Como se vê, a matéria inserta no art. 919, § 1º, CPC/15 fora prequestionada, portanto, merece ser afastada a incidência da Súmula 282/STF, no ponto, restando preclusas as demais questões, pois não foram veiculadas no presente agravo interno.

Por conseguinte, passo à análise das razões recursais neste ponto.

2. A insurgente apontou violação ao disposto no artigo 919, § 1º, CPC/15, ao argumento de que se acham presentes, na hipótese, as condições autorizadoras da concessão do efeito suspensivo almejado. Aduz, ainda, que cabe ao magistrado com base no poder geral de cautela o deferimento do pleito.

No particular, o órgão julgador, a partir da análise do acervo fático probatório dos autos, concluiu que *"não restou claro o perigo de grave dano de difícil ou improvável reparação ao agravante, sendo insuficientes meras especulações acerca da existência de prejuízos que poderá vir a suportar"*, portanto *"baseada em elementos concretos e comprovados nos autos, inexistente a presença dos requisitos que obstem o trâmite da ação executiva"* (fl. 44, e-STJ).

Desta forma, para reformar as conclusões do Tribunal a quo, a fim de se concluir pela presença dos requisitos ensejadores do efeito suspensivo almejado, seria necessário a incursão no acervo fático-probatório dos autos, prática vedada pela Súmula 7/STJ.

No mesmo sentido, confira-se precedentes:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. ART. 919, § 1º, DO CPC/2015. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.**

AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. O art. 919, § 1º, do CPC/2015 prevê que o magistrado poderá atribuir efeito suspensivo aos embargos à execução quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: (a) requerimento do embargante; (b) relevância da argumentação; (c) risco de dano grave de difícil ou incerta reparação; e (d) garantia do juízo. 2. No caso, diante das premissas fáticas constantes no acórdão, está demonstrado o dano de difícil ou incerta reparação necessário à suspensão da execução, mormente a alienação da propriedade rural da família, uma vez que aquela unidade familiar pode ter prejuízo nas atividades que pratica no imóvel rural. 3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1462571/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 27/08/2019) [grifou-se]

**PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. REQUISITOS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. PEDIDO DE AFASTAMENTO DA MULTA IMPOSTA PELA CORTE DE ORIGEM NOS ACLARATÓRIOS. RECURSO PROTETATÓRIO.**

# Superior Tribunal de Justiça

NECESSIDADE DE REVISÃO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ALÍNEA "C". ANÁLISE PREJUDICADA. [...] 4. A revisão dos fundamentos do acórdão recorrido, a fim de acolher a tese da recorrente de que os requisitos necessários à concessão de efeito suspensivo aos Embargos à Execução estariam preenchidos nos autos, exige reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em Recurso Especial, nos termos da Súmula 7/STJ. Precedente: REsp 1.731.508/PE, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 24.5.2018. [...] 8. Recurso Especial não provido. (REsp 1761470/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 17/12/2018) [grifou-se]

Incide, portanto, o teor da Súmula 7/STJ.

3. Do exposto, **dou provimento** ao agravo interno para reconsiderar, *em parte*, a decisão de fls. 115-116, e-STJ, nos termos da fundamentação supra e, de plano, mantenho a **negativa de provimento** do agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator